

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1º SEMESTRE 2004

---

### 1. Mensagem aos Acionistas

Senhores Acionistas:

Ao submetemos à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras da Desenbahia, elaboradas na forma da legislação vigente, referentes ao período findo em 30 de junho de 2005, registramos o esforço da Agência em buscar a ampliação do acesso ao crédito para os micro e pequenos negócios do Estado, gerando emprego, renda, inclusão social e interiorização do desenvolvimento econômico. Ressaltamos que todo o planejamento das ações tem sido respaldado por um processo contínuo de modernização institucional e capacitação profissional e norteado, sobretudo, pela sustentabilidade financeira da instituição, que requer a busca de boas oportunidades de negócios, qualidade na concessão e competência na cobrança e recuperação de créditos.

O semestre foi marcado por uma intensa prospecção de demanda, por uma revisão nas políticas operacionais e pela ampliação de parcerias com outros agentes e órgãos, que pudessem resultar na ampliação do volume de negócios. Assim, foram realizadas diversas ações de marketing, 1.171 atendimentos, 450 visitas a clientes, cumprimento dos prazos de análise estabelecidos nas metas e firmados convênios de cooperação técnica para divulgação dos produtos da instituição. Como resultado, houve um crescimento, em relação ao primeiro semestre de 2004, de 14,7% na quantidade de operações aprovadas, que totalizaram R\$ 24,28 milhões, com destaque para o fortalecimento dos programas já operados pela Agência e pela ampliação e diversificação dos créditos concedidos com repasses de recursos do BNDES.

Ao apresentarmos estas informações, manifestamos nosso agradecimento ao Secretário da Fazenda e Presidente do Conselho de Administração, Dr. Albérico Mascarenhas, aos membros dos nossos Conselhos, ao corpo funcional da Agência, aos acionistas, ao apoio das instituições federais de crédito e, em especial, ao Governador Dr. Paulo Souto pelo apoio prestado ao cumprimento da missão de fomentar o fortalecimento da economia do Estado e dar continuidade ao seu processo de desenvolvimento.

### 2. Ambiente Institucional

#### 2.1. Economia Brasileira

---

A economia brasileira evidencia uma tendência à acomodação do nível de atividade no primeiro semestre de 2005, após crescimento de 4,9% registrado no ano de 2004. Além do arrefecimento

das taxas de expansão observadas, que levou o Banco Central a rever a sua previsão de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) para 2005 de 4,0% para 3,4%, tem-se percebido uma mudança na composição da demanda agregada, com um aumento da participação do setor externo.

Em um semestre marcado por um elevado patamar de juros e uma retração do nível de investimentos, após cinco trimestres consecutivos de alta, o dinamismo das vendas externas, de fato, vem impedindo uma desaceleração mais forte do PIB. Apesar dos níveis mais modestos de crescimento da economia mundial na primeira metade de 2005 – que sugerem um desempenho inferior ao de 2004, quando se registrou a maior taxa de expansão dos últimos quinze anos –, a demanda global por commodities tem permanecido aquecida, sustentando um nível de preços elevado no mercado. Esse desempenho, associado à expansão das vendas de outras categorias de bens, produziu recordes históricos de exportações, que propiciaram significativos superávits nas transações comerciais, mesmo se considerando o incremento das importações decorrente do nível elevado de atividade econômica. Os resultados do primeiro semestre de 2005 corroboram a projeção de um saldo positivo no ano e permitem antever um superávit das transações correntes, apesar da performance pouco favorável das contas de serviços e renda. Os elevados superávits comerciais, ao lado das projeções de rolagem do passivo externo, da previsão de fluxos líquidos positivos de investimentos estrangeiros diretos e da manutenção dos altos níveis atuais de reservas internacionais, conformam um cenário que fortalece a posição externa brasileira.

No *front* interno, observa-se a manutenção de um patamar inflacionário relativamente elevado, sobretudo se considerados os índices de preço ao consumidor. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos primeiros cinco meses de 2005, alcançou 3,18%. Não obstante, projeta-se uma tendência de maior estabilidade para o segundo semestre de 2005, que se justifica, em grande parte, pela concentração de reajustes em itens monitorados na primeira metade do ano. Nesse sentido, a política de elevação das taxas de juros implementada tem tido a sua eficácia questionada, por não exercer influência sobre os preços administrados e externos. Por outro lado, tem exercido um impacto nocivo nos gastos com pagamento de serviços da dívida interna – tornando insuficiente o superávit primário recorde alcançado – e inibido a realização de novos investimentos. Sobre esse aspecto, será necessário avançar no processo de criação das Parcerias Público-Privadas, a partir da aprovação da Lei nº 11.079, no final de 2004, o que poderá minimizar obstáculos estruturais ao crescimento econômico.

Um elemento que contrabalança a restrição monetária a novas inversões é o aumento das operações de crédito do sistema financeiro, que tem elevado a limitada relação Crédito/PIB referente à economia brasileira. No primeiro semestre de 2005, observa-se a continuação da trajetória de crescimento do crédito bancário dirigido às famílias (especialmente consignados em folha de pagamento) e também uma expansão do crédito contratado pelas empresas. Em abril de

2005, as operações de crédito do sistema financeiro totalizaram um crescimento acumulado de 6,3% no ano e um aumento de cerca de 20% em relação ao mesmo mês de 2004. Não obstante essa trajetória, a manutenção das altas taxas de juros, o conturbado clima político e a expectativa das disputas eleitorais de 2006 podem levar os investidores a adiar novos projetos, aguardando definições mais claras sobre as orientações de política econômica a serem adotadas.

## **2.2. Economia Baiana**

---

A economia baiana tem se beneficiado da conjuntura econômica favorável, expandindo-se a taxas superiores às registradas para o Brasil. No ano de 2004, o índice de expansão do PIB da Bahia alcançou 9,8% – o dobro do percentual de crescimento do País –, elevando o patamar de renda estadual para R\$ 89,3 bilhões. A Bahia representa hoje 5,1% do PIB brasileiro e aproximadamente 36% do PIB do Nordeste.

Nos primeiros cinco meses de 2005, comparada com o mesmo período de 2004, a indústria baiana apresentou expansão de 3,3%. Os segmentos de maior destaque foram os de Veículos Automotores, Alimentos e Bebidas e Produtos Químicos. O desempenho do comércio varejista foi também positivo, apresentando um incremento no volume de vendas acumulado até o mês de maio de cerca de 7,6% superior ao registrado no mesmo período de 2004. A agropecuária tem apresentado resultados mais acanhados que os registrados no ano passado, mas ainda assim favoráveis. Estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em junho de 2005 indicam um crescimento modesto das principais lavouras baianas, que respaldam uma expansão de 3,0% da produção física no ano de 2005, proveniente de ganhos de produtividade.

As exportações baianas também têm exibido bons resultados, totalizando US\$ 2,33 bilhões no primeiro semestre de 2005, o que representa um incremento de pouco mais de 39,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A Bahia hoje responde por 4,4% do total das exportações do País e por aproximadamente 52,5% das exportações da região Nordeste. O crescimento registrado nas vendas externas se faz acompanhar de uma importante transformação na pauta de exportações estaduais, que reflete basicamente o impacto da implantação da montadora Ford em Camaçari. As exportações baianas do segmento automotivo já alcançam US\$ 359 milhões, representando 19,2% do total das exportações da Bahia no mês de maio. O item “automóveis”, por sua vez, já ocupa o primeiro lugar na pauta de exportações estaduais. Num ambiente marcado pelo incremento das exportações e pela valorização cambial, as importações também registraram crescimento, saltando de R\$ 1,19 bilhão de janeiro a junho de 2004 para R\$ 1,6 bilhão no mesmo período de 2005, com destaque para a compra de matérias-primas e insumos industriais.

A previsão de investimentos industriais a serem realizados no Estado no próximo quinquênio soma R\$ 19,4 bilhões, devendo ser gerados 66.753 novos postos de trabalho. A política de

atração de investimentos implementada pelo Governo Baiano tem contribuído para esse movimento e intensificado o processo de diversificação da base produtiva estadual.

Em função dos números mencionados, prevê-se, para 2005, uma expansão do PIB da ordem de 4,6%, impulsionada pela expansão da produção agropecuária (4,5%), industrial (5,5%) e de serviços (3,9%). Além disso, o Governo Estadual trabalha com a perspectiva de ganhos de eficiência na máquina arrecadadora.

A despeito do cenário otimista e dos progressos até aqui registrados, a Bahia ainda se defronta com grandes desafios nos campos social e econômico. Em primeiro lugar, é fundamental que se avance mais na melhoria dos indicadores sociais e na redução da concentração de renda estadual. Cabe mencionar que embora a Bahia venha apresentando taxas de crescimento do PIB superiores à média nacional e figure entre as seis maiores economias do Brasil, o Estado ainda abriga a região metropolitana (Salvador) com a maior taxa de desemprego dentre as seis maiores regiões do País – 15,9% em maio –, e com um rendimento médio real 27% inferior ao da média nacional, de acordo com o IBGE. É preciso também promover a desconcentração setorial e espacial da economia, fortalecendo o desenvolvimento de negócios de pequeno e médio porte, incentivar a expansão de atividades de maior potencial tecnológico e induzir um processo de modernização empresarial, com vistas a impulsionar os níveis de competitividade local.

A ampliação do acesso ao crédito proporciona condições para um aumento da produtividade das pequenas e médias empresas, favorece a mobilidade social e viabiliza a desconcentração de investimentos. A Desenbahia, pautada nas suas diretrizes de planejamento definidas em consonância com os objetivos estratégicos do Governo do Estado, tem trabalhado nessa direção, colocando a sua capacidade técnica e financeira em favor do desenvolvimento da Bahia.

### **3. Programas de Desenvolvimento**

#### **3.1. Credifácil**

---

O Programa Credifácil tem como objetivo fortalecer as micro e pequenas empresas baianas através do financiamento de capital de giro e de investimento fixo. No primeiro semestre de 2005, foram aprovadas 43 operações de crédito, no valor de R\$ 2,30 milhões, o que representou um crescimento de 26% em quantidade e de 83% em valor, em relação ao primeiro semestre de 2004. Houve uma redução da taxa de juros da linha de capital de giro, que caiu de 1,8% ao mês para 1,5%, com prazo de pagamento de até 12 meses, incluídos até três meses de carência. Outra alteração no programa foi a sua desvinculação do Simbahia, podendo pleitear financiamento os contribuintes do ICMS adimplentes com o Fisco e cuja receita oriunda de operações mercantis tenha sido igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões no ano anterior à solicitação do empréstimo.

### **3.2. Credibahia – Programa de Microcrédito do Estado da Bahia**

---

Tendo completado, em junho de 2005, três anos de funcionamento, o Credibahia já conta com 41 postos de atendimento, distribuídos em 39 municípios, contribuindo para a interiorização do crédito e para o fomento de microempreendedores que não têm acesso a praticamente nenhum tipo de crédito. O volume de aprovações, que atingiu R\$ 1,36 milhão no semestre, apresentou um crescimento de 11% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo sido realizadas 1.199 operações. Na modalidade de financiamento indireto para outras instituições operadoras de microcrédito foi aprovada uma operação, no valor de R\$ 350 mil.

### **3.3. Pró-Municípios**

---

O Pró-Municípios foi lançado em 2001 com o objetivo de melhorar a qualidade e aumentar a quantidade dos serviços públicos prestados à população, bem como viabilizar a modernização da gestão municipal, através do financiamento de máquinas pesadas, equipamentos para prestação de serviços e treinamento técnico e gerencial para as prefeituras. Após ter sido interrompido a partir de junho de 2004, em obediência à legislação eleitoral, foram retomadas as operações neste ano, tendo sido realizadas no semestre duas aprovações no valor total de R\$ 400 mil.

### **3.4. Protáxi**

---

Além de se constituir num mecanismo de geração de emprego e interiorização do crédito, o Protáxi contribui para a melhoria de atendimento da população e do turista nos serviços de transporte e para a redução dos riscos de acidentes e da poluição ambiental, através da renovação da frota em circulação e da possibilidade de conversão dos veículos para a utilização de gás natural. Foram aprovadas 499 operações no valor total de R\$ 7,56 milhões, equivalente a um crescimento de 25%, em quantidade e valor, em relação ao primeiro semestre de 2004.

### **3.5. CrediApl**

---

Foram realizadas quinze operações de crédito através do Programa CrediApl, num total de R\$ 1,26 milhão, gerando 43 empregos diretos. O programa, que começou a ser operado em dezembro de 2004, visa aumentar a capacidade competitiva das empresas que compõem os Arranjos Produtivos Locais (APLs)<sup>1</sup>. Atualmente, as operações têm sido realizadas com o APL de Confecções da Rua Direita do bairro Uruguai, em Salvador. O programa também contempla a concessão de crédito para as operações de compra e venda de insumos e produtos ou a contratação de serviços, através da linha MicroApl. Neste semestre, foram realizadas três operações no valor total de R\$ 4,12 mil para o APL de Confecções do bairro do Uruguai.

---

<sup>1</sup> APL's são aglomerações de micro, pequenas e médias empresas atuantes no mesmo território e especializadas em um certo tipo de produção, apresentando potencial de cooperação interinstitucional entre entes produtivos e sociais.

### **3.6. Progeren**

---

O Progeren é um programa de caráter temporário do BNDES, tendo como objetivo fortalecer a capacidade de geração de emprego e renda das micro e pequenas empresas através do financiamento de capital de giro. Tendo realizado as primeiras operações em novembro de 2004, a Desenbahia aprovou mais sete operações neste semestre, que beneficiaram os segmentos de informática, confecções, criação animal e fruticultura. As operações atingiram o valor total de R\$ 3,23 milhões, promovendo a geração de 124 empregos diretos.

### **3.7. Pronaf**

---

No âmbito do Programa de Revitalização da Citricultura (BahiaCitros), que tem o objetivo de apoiar pequenos agricultores cujas propriedades tenham áreas de citricultura inferior a 20 hectares, foram aprovadas 119 operações no valor de R\$ 934,91 mil, através da linha BNDES/Pronaf, beneficiando 38 produtores de laranja no interior do Estado. Deve-se ressaltar que, no primeiro semestre do ano anterior, não foram efetuadas operações através do programa, em função do término de convênios firmados entre a instituição e cooperativas agrícolas.

### **3.8. Outras Linhas BNDES**

---

Após alguns anos registrando queda nas operações com recursos do BNDES, a Agência efetuou uma revisão de suas políticas operacionais internas e uma intensa prospecção de demanda, o que resultou em um crescimento de quase sete vezes o volume operado no mesmo período do ano anterior, além de atuar com uma maior diversificação de produtos. Assim, excetuando-se o programa Pronaf, já citado anteriormente, foram feitas 20 operações, através de oito linhas de crédito, que totalizaram R\$ 10,12 milhões neste semestre, contra quatro operações, em quatro linhas, no valor de R\$ 1,27 milhão no primeiro semestre de 2004. Cabe destacar que este é o maior volume de operações com recursos do BNDES ocorrido no primeiro semestre desde o ano 2000, quando foram aprovados projetos no valor total de R\$ 17,13 milhões<sup>2</sup>.

## **4. Prospecção de Novos Negócios**

### **4.1. Convênios de Cooperação Técnica**

---

A Desenbahia e a Associação Comercial da Bahia (ACB) assinaram um convênio de cooperação técnica para a divulgação das linhas de crédito disponíveis na Agência para micro e pequenas empresas. Os técnicos da ACB serão capacitados para prestar consultoria sobre as condições e

---

<sup>2</sup> Vale frisar que não havia, à época, uma estratégia institucional com foco claramente voltado para micro e pequenos negócios, o que reforça o empenho atual da Agência na prospecção de demanda e diversificação de produtos.

normas operacionais das linhas de crédito da Agência, bem como sobre as regras dos órgãos repassadores e do sistema financeiro nacional.

#### **4.2. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**

---

A Desenbahia passará a operar, a partir de julho as principais linhas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste. A Agência será a primeira agência de fomento a repassar essas linhas, contando inicialmente com R\$ 35 milhões.

#### **4.3. Estudos sobre Cidades Estratégicas**

---

Visando expandir a concessão de crédito, porém de forma seletiva, a Desenbahia vem realizando estudos em cidades consideradas prioritárias para o desenvolvimento da economia baiana, obedecendo às potencialidades e vocações econômicas de cada uma. Essa prospecção encontra-se fundamentada no Direcionamento Estratégico da Desenbahia para o período 2003-2007, que elegeu a política de integração territorial do Estado e o conceito de cidades estratégicas como um dos pilares norteadores de suas ações para o quadriênio. Os primeiros estudos realizados foram sobre os municípios de Barreiras, Feira de Santana, Juazeiro e Vitória da Conquista.

### **5. Indicadores de Desempenho Operacional**

#### **5.1. Aprovações, Contratações e Liberações Totais**

---

O desempenho operacional da Desenbahia no período reflete cada vez mais o foco estabelecido no planejamento estratégico da Agência, que vem atuando de forma consistente no apoio aos micro e pequenos negócios. Assim, houve uma expansão de 14,7% na quantidade de operações aprovadas, em relação a igual período do ano anterior, totalizando 1.901 novos negócios.

**Tabela 1 – Quantidade de Operações no 1º Semestre: 2004 x 2005**

	<b>1ºsem-04</b>	<b>1ºsem-05</b>	<b>Var%</b>
Aprovações	1.657	1.901	14,7%
Contratações	1.586	1.711	7,9%
Liberações	1.675	1.716	2,4%

Fonte: Gerência de Estudos e Assessoria / Unidade de Assessoria Interna

Já o valor total de aprovações teve uma redução de 5,3% em relação ao primeiro semestre de 2004, que se deveu, basicamente, à atuação da instituição nos programas de atração de investimentos promovidos pelo Governo do Estado naquele período, a exemplo do Procomex e do Proauto, que juntos totalizaram R\$ 8,20 milhões. Além disso, o primeiro semestre de 2004 comportou aprovações do programa Pró-Urbano, que teve caráter temporário. O desempenho operacional da Agência no período apresenta ainda contratações e liberações de recursos que

somaram R\$ 14,41 milhões e R\$ 17,88 milhões, respectivamente. As reduções observadas devem-se essencialmente às contratações e liberações ocorridas nos programas Pró-Urbano, Prodecon, Procomex e Proauto no primeiro semestre de 2004.

**Tabela 2 – Valor das Operações (R\$ mil) no 1º Semestre: 2004 x 2005**

	<b>1ºsem-04</b>	<b>1ºsem-05</b>	<b>Var%</b>
Aprovações	25.647	24.278	-5,3%
Contratações	47.456	14.409	-69,6%
Liberações	49.259	17.879	-63,7%

Fonte: Gerência de Estudos e Assessoria / Unidade de Assessoria Interna

## **5.2. Distribuição das Aprovações por Setor**

Os financiamentos aprovados nesse período concentraram-se no setor privado, representando 98,4% do valor total das operações. Para o setor público, ocorreram apenas duas aprovações no valor total de R\$ 400 mil, mas que marcam a retomada das operações do programa Pró-Municípios, que haviam sido suspensas em decorrência do período eleitoral no ano passado.

No setor privado, o maior volume de aprovações ocorreu no setor de comércio e serviços, totalizando R\$ 15,05 milhões distribuídos em 1.750 projetos, com destaque para a atividade de serviços de transporte de táxi, que absorveu 50,2% dos recursos alocados no setor, correspondentes a 499 projetos nos mais variados eixos de desenvolvimento do estado, contribuindo assim para uma maior interiorização do crédito. Merecem destaque também as aprovações para projetos nos segmentos de produtos de informática, comércio varejista de artigos de vestuário, comércio de combustíveis (gás natural), serviços de coleta de lixo, além do microcrédito e outras operações de menor escala.

A indústria teve uma participação de 22,1% das aprovações, correspondentes a 24 operações no valor de R\$ 5,36 milhões. A Agência apoiou empresas do Pólo de Informática de Ilhéus, a produção de farelo de algaroba, leguminosa utilizada na fabricação de rações industriais, além de outros empreendimentos do APL de confecções da Rua Direita do Uruguai.

O setor rural, por sua vez, foi responsável por 14,3% das aprovações, com destaque para a retomada das operações do Pronaf, que totalizaram R\$ 934,91 mil, correspondentes a 119 financiamentos para pequenos produtores de frutas nos Eixos do Grande Recôncavo e do Nordeste. Além da agricultura familiar, diversas operações foram aprovadas para pequenas e médias empresas do interior do estado, com recursos de outras linhas do BNDES.



### 5.3. Distribuição das Aprovações por Eixos de Desenvolvimento

A Desenbahia aprovou financiamentos em todos os Eixos de Desenvolvimento do Estado, embora o Eixo Metropolitano tenha sido o principal receptor, em valor, das aprovações do semestre, o que se deve à concentração das atividades econômicas e, conseqüentemente, da demanda de crédito. Apesar da concentração em valor no Eixo Metropolitano, percebe-se que tem havido uma progressiva desconcentração das operações para o interior do estado, sobretudo em quantidade de aprovações. Sob essa ótica, eixos como o Extremo Sul, o Grande Recôncavo, o Oeste do São Francisco e o Planalto Sudoeste tiveram incrementos na participação das aprovações feitas pela Agência. Já o Eixo Metropolitano, que tinha participações superiores a 50% até 2003, apresenta atualmente uma participação de 26,5% da quantidade de operações.

### 5.4. Distribuição das Aprovações por Fontes de Recursos

As aprovações do semestre foram realizadas predominantemente com recursos do Fundese (52,9%) e do BNDES (45,5%). Já as operações com Recursos Próprios corresponderam a 1,6% do total. Houve um significativo incremento nas aprovações com recursos do BNDES em relação a 2004, tendo sido o maior volume operado no mesmo período dos últimos cinco anos, como fruto do trabalho de prospecção de negócios e da revisão das políticas operacionais da instituição. Assim, a Desenbahia aprovou financiamentos através de diversos programas e linhas de crédito, como Progeren, Moderinfra, Moderfrota, Finame, Pronaf, Propflora e BNDES/Automático. No Fundese, os programas operados foram o Protáxi, o Credifácil, o CrediApl e o Credibahia, todos com foco nos empreendedores autônomos e nos micro e pequenos negócios.

### 5.5. Distribuição das Aprovações por Porte do Empreendimento

Prevê-se que serão gerados e/ou mantidos 2.202 novos postos de trabalho, decorrentes, sobretudo, do apoio dados aos empreendedores autônomos, que juntos foram responsáveis por 83% dos empregos do semestre.

**Tabela 1 – Aprovações por Porte e Geração/Manutenção de Postos de Trabalho no 1º Semestre de 2005**

<b>Porte</b>	<b>Qde projetos</b>	<b>Valor (R\$mil)</b>	<b>Postos de trabalho</b>
Grande	-	-	-
Médio	9	6.207,29	125
Pequeno/micro	71	7.816,39	246
Autônomo	1.819	9.854,29	1.819
Setor Público	2	400,00	12
<b>Total</b>	<b>1.901</b>	<b>24.277,98</b>	<b>2.202</b>

Fonte: Gerência de Estudos e Assessoria / Unidade de Assessoria Interna

## **6. Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro**

A Desenbahia encerrou o primeiro semestre de 2005 com um lucro líquido de R\$ 18,36 milhões e com um Patrimônio Líquido Ajustado no valor de R\$ 318,43 milhões. Esse desempenho representa um crescimento de 124,8% sobre o lucro apresentado no primeiro semestre de 2004 e uma rentabilidade de 5,8% sobre o Patrimônio Líquido. Contribuíram para esse resultado a melhoria da relação entre receitas e despesas com operações de crédito, o incremento no resultado de títulos e valores mobiliários e reversões de provisões operacionais.

As receitas de intermediação financeira totalizaram R\$ 47 milhões no período, sendo 54% referente a títulos e valores mobiliários, 40% a receitas de operações de crédito e 6% a recuperação de créditos baixados como prejuízo. O resultado de títulos e valores mobiliários apresentou um crescimento de 27% quando comparado ao mesmo semestre do ano anterior, em função da manutenção de uma política monetária restritiva do Governo Federal, que optou por manter a taxa Selic em patamares mais elevados. Já as receitas de operações de crédito tiveram um decréscimo de 16,3% em relação ao primeiro semestre de 2004, que foi influenciado pela liquidação de operações nas linhas BNDES, pela redução no volume de aprovações com esta fonte nos últimos anos e pela queda na TJLP ocorrida em abril de 2004.

As despesas de intermediação financeira somaram R\$ 20,33 milhões, tendo se reduzido em 18,9%, devido à queda de 24,4% ocorrida nas despesas com empréstimos, cessões e repasses, o que também está associado à redução na carteira de repasse, nas aprovações e na TJLP.

No que tange à rubrica outras receitas operacionais, que totalizou R\$ 11,57 milhões, foi registrado um incremento de 51,7%, decorrente da reversão de provisões de crédito que haviam sido feitas no ano de 2004. Já a conta outras despesas operacionais somou R\$ 19,59 milhões apresentando uma queda de 6%, em virtude do estorno de parte das provisões mencionadas que foram efetuadas neste semestre. Na rubrica outras despesas, registrou-se ainda o aumento das despesas de pessoal em 17,6%, devido ao crescimento dos gastos com assistência médica e odontológica, além de despesas com rescisões contratuais, salários e férias. Por outro lado, houve uma redução das despesas administrativas em 8,5% em relação ao primeiro semestre de 2004.

Por fim, a carteira de operações de crédito passou de R\$ 385,73 milhões em junho de 2004 para R\$ 375,14 milhões em junho deste ano, registrando-se uma redução de 23,5% na carteira de repasses para o setor privado e uma expansão de 82% na do setor público. As obrigações para repasses com instituições oficiais também registraram queda de 11%, passando de R\$ 329,53 milhões no primeiro semestre do ano anterior para R\$ 293,4 milhões no primeiro semestre de 2005.